



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

**Projeto de Lei nº 5.078 de 2016**

Dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a linfangioleiomiomatose - LAM

**Autor:** Deputado ALAN RICK

**Relator:** Deputado LUIS MIRANDA

**I —RELATÓRIO**

O projeto em análise, de autoria do Deputado ALAN RICK, institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a linfangioleiomiomatose - LAM, a ser desenvolvida no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e compreendendo, entre outras ações:

- a) divulgação e esclarecimento dos profissionais de saúde quanto às características da enfermidade, seu quadro sintomático e diagnóstico diferencial;
- b) estabelecimento de centros de referência para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento das portadoras;
- c) implantação de sistema nacional de coleta e processamento de dados sobre casos da moléstia;
- d) acesso às portadoras a todos os meios disponíveis para tratamento e controle da doença.

Determina ainda que o Poder Executivo expeça regulamento em até 60 dias da data da publicação da lei, e que as despesas decorrentes da sua execução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

O projeto possui regime de tramitação ordinário, sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, do RICD). Foi encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), para exame do mérito, à Comissão de





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Finanças e Tributação (CFT) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para apreciação no âmbito de suas competências (art. 54, do RICD).

Após aprovação unânime pela CSSF vem agora a proposição a esta CFT para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária. Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Reconhecendo, desde o início, que a presente proposição tem o potencial de alterar despesa obrigatória, solicitamos, por meio do Requerimento de Informações nº 1.137/2021, que o Ministério da Saúde elaborasse estudo com a estimativa de impacto orçamentário e financeiro da implementação do texto, para fins de atendimento ao disposto no Art. 113 do ADCT, que exige que “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Em resposta, o Ministério, por meio do Ofício Nº 7793/2021/ASPAR/GM/MS, encaminhou a Nota Técnica nº 610/2021-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS, segundo a qual o presente projeto geraria os seguintes impactos em termos de aumento de despesa: R\$ 954.185,22 (novecentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos) em um horizonte de cinco anos, com uma média anual de impacto orçamentário equivalente a R\$ 190.737,04 (cento e noventa mil, oitocentos e trinta e sete reais e quatro centavos).

O impacto anual médio de aproximadamente R\$ 191.000,00 é inferior a 0,001% da receita corrente líquida realizada no exercício de 2021<sup>1</sup> e, nos termos do disposto no art. 125, § 2º, da LDO para 2022, considerado irrelevante<sup>2</sup>, ficando a proposição dispensada de comprovar a ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais e de apresentar as medidas de compensação exigidas pelo inciso II e caput do art. 125 da LDO para 2022.

Diante do exposto, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei 5.078 de 2016.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2022.

Deputado LUIS MIRANDA

Relator

<sup>1</sup> RCL realizada em 2021: R\$ 1.062.519.047.775,00 (Fonte: Tesouro Nacional). 0,001% da RCL: **R\$ 10.625.190,48**

<sup>2</sup> Art. 125. (...) § 2º Fica dispensada do atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput e da comprovação de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais a proposição cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de um milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2021. (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022)

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223947862100>

